

# Ulysses protesta e diz que garante imunidades

ARQUIVO



Ulysses Guimarães exige respeito ao mandato dos constituintes

## Eleição nas comissões provoca esvaziamento

A eleição dos presidentes e vice-presidentes das comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte ontem à tarde acabou esvaziando a sessão plenária e provocando protestos de parlamentares que exigiam o cumprimento do Regimento Interno, que determina a não-coincidência de horários de funcionamento das comissões e do plenário.

"O regimento tem que ser interpretado para ajudar e não para atrapalhar", foi a explicação dada pelo presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, alegando ainda que não se tratava de funcionamento das comissões, mas de eleições, e que a medida agilizava o processo, ganhando com isso a própria Assembleia Nacional, a coletividade e o País.

A questão foi levantada logo no início da sessão pelo deputado Adyson Motta (PDS/RS), autor da emenda que gerou o parágrafo 10º do artigo 13 do regimento, que reserva a parte da manhã para o funcionamento das comissões e a tarde para as sessões plenárias. Ele solicitou que fossem suspensas as eleições, o presidente em exercício da mesa, deputado Jorge Arbage (PDS/PA), considerou procedente a solicitação, mas estranhamente, suspendeu a sessão plenária, por cinco minutos.

Reaberta a sessão, com apenas 30 constituintes em plenário, enquanto o quorum mínimo estabelecido pelo regimento é de 56, Arbage passou a chamar os oradores inscritos, a gran-

de maioria ausente, sem responder à questão de ordem de Adyson Motta. Cerca de 20 minutos depois, novamente o problema foi levantado, desta vez por Irma Passoni (PT/SP). Arbage disse que ela tinha respaldo no regimento, mas ainda assim prosseguiu a sessão.

As 15h16, tentou-se de novo suspender a sessão, sob a alegação de falta de quorum, o que era visível. Nesse momento, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que havia substituído Arbage na presidência dos trabalhos, manobrou, suspendendo-a por cinco minutos, tempo em que mandou a acionar as campanhas convocando os constituintes ao plenário. Depois, verificando que ainda não havia quorum, ordenou ao secretário da mesa que fizesse a chamada nominal, de modo a ganhar mais tempo, interrompendo-a em determinado momento por constatar, "visualmente", que já estavam em plenário os 56 constituintes necessários para a realização da sessão.

Com a manobra, Arnaldo Faria de Sá conseguiu esticar a sessão até as 17h10, quando o deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ) voltou a pedir a sua suspensão, por falta de número. Ele argumentou que a realização das eleições dos presidentes e vice-presidentes das comissões simultaneamente à sessão plenária só servia para desmoralizar a Assembleia Nacional Constituinte, dando oportunidade às emissoras de televisão de mostrarem o plenário vazio.

Estavam no plenário 24 constituintes quando Mário Mala (PDT/AC), que presidia a mesa, resolveu acatar o pedido de Brandão Monteiro e encerrar a sessão. Antes, porém, ainda permitiu que os oradores inscritos e não chamados encaminhassem seus discursos.

### GOLPE

As especulações de que o País estaria caminhando para novo golpe militar foram abordadas na sessão de ontem pelos deputados José Genoino (PT/SP) e Nelson Aguiar (PMDB/RJ). O constituinte petista, citando nominalmente os generais Medeiros e Figueiredo, que fizeram pronunciamentos políticos recentemente, disse que a crise política enfrentada pela Nova República é que está dando espaço para que "figuras antigas da ditadura militar" possam "navegar nessas águas turvas".

### FUNARO

O deputado Samir Achôa (PMDB/SP) protestou contra o noticiário da imprensa ontem dando conta do apoio do PMDB ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Ele solicitou ao presidente Ulysses Guimarães que se pronunciasse, esclarecendo que o apoio foi em relação à suspensão do pagamento dos juros. "Me sinto atingido por esse noticiário", disse, com Ulysses acionando a campanha sob a alegação de que seu discurso não cabia naquele momento, reservado às lideranças, já que não se tratava de questão de ordem.

### Constituintes podem renunciar

Os constituintes Augusto Carvalho (PCB/DF) e Beth Azize (PSB/CE) ameaçaram ontem, em plenário, renunciar a seus mandatos se ficarem de fora das comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte. Seus nomes, que constavam, respectivamente, das Comissões de Ordem Social e de Ordem Econômica, foram subtraídos das relações, conforme denunciaram.

As denúncias foram feitas no momento em que as comissões estavam elegendo seus presidentes e vice-presidentes, o que levou o deputado Augusto Carvalho a cobrar uma solução urgente do presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, que prometeu, então, analisar "com todo empenho" a questão.

"Que V. Exa. tome providências, ou apresente a renúncia do meu mandato", frisou Beth Azize, afirmando ter "certeza absoluta de que meu nome foi retirado para dar guarida aos partidos majoritários". Destacou, ainda, que, riscado da Comissão de Ordem Econômica, seu nome não foi incluído em outra comissão. No mesmo tom, Augusto Carvalho disse que o episódio confirmava "o massacre dos parlamentares integrantes dos pequenos partidos, como se fôssemos constituintes de 2ª. classe". E deixando claro que seguiria o mesmo caminho de Beth Azize, caso não fosse logo incluído na comissão, observou: "Gostaria de exercer o meu direito, inclusive de participar da eleição do presidente, que está se processando agora, sob pena de também não termos mais o que fazer".

Na Comissão da Ordem Social, o deputado Augusto Carvalho repetiu a denúncia e exigiu providências da mesa. "Fomos cassados", disse ele, recebendo o apoio de vários constituintes. Como o seu nome não constava da lista de membros da comissão, ele pediu para votar em separado, mas os líderes José Lourenço (PFL) e Mário Covas (PMDB) resolveram que o nome do deputado seria incluído na lista e ele poderia participar da comissão como os outros constituintes.

### "Estamos num picadeiro"

"Política não é profissão nem meio de vida, não existe classe política nem carreira política. Eventualmente as pessoas são eleitas para representar o povo, mas não podem fazer disso meio de vida". Com essa explicação o deputado mineiro Virgílio Guimarães (PT), 37 anos, economista e de vivência no sindicalismo, eleito em 1986 com mais de 40 mil votos, se prepara para defender a sua proposta de supressão dos salários dos deputados e senadores.

A proposta de Virgílio Guimarães é mais ampla. Ela acaba, também, com o Congresso bicameral e com seu funcionamento permanente. Entende o deputado mineiro que não existe a necessidade de funcionamento em tempo integral. "O plenário um círculo onde as pessoas representam, falando para o serviço de taquigrafia e para a Voz do Brasil. O deputado não tem função, passou a ser um despachante de luxo, servindo apenas para marcar entrevistas, solicitar internamento médico, levar prefeitos aos ministérios. E preciso que se deixe ao povo o acesso aos setores administrativos". Com essa visão, o deputado mineiro, filho de antigo líder do PSD e que foi candidato a prefeito de Belo Horizonte, defende mudanças profundas.

O funcionamento do Congresso seria de dois em dois meses, com reunião aos finais de semana. Essas reuniões teriam pauta ampla, como os congressos das centrais de trabalhadores e todas as propostas, medi-

das e leis seriam votadas. "E preciso notar que a tramitação seria mais rápida e que as matérias que hoje passam de três, quatro ou mais anos, seriam votadas imediatamente".

Criticou ainda o deputado, a maneira como acontecem as sessões da Câmara e do Senado, com a maior parte das discussões apenas para apresentar homenagens, votos de congratulações ou pesar. "Leis aprovadas são, em 99,9 por cento, desnecessárias", afirmou.

### SEM MORDOMIAS

Contra qualquer pagamento de auxílio, o deputado acha que os deputados devem receber apenas passagem, hospedagem coletiva e as refeições "no bandeirão da Câmara", ficando ainda sem gabinetes ou assessores "assessoria só a da casa". Embora defenda que cada um tenha um telefone pago pela Câmara e todo o serviço controlado por computadores. Quanto à administração da Câmara, seria feita em sistema de rodízio de dois em dois meses, da mesma maneira que os partidos dariam plantão de seus líderes. O Congresso imaginado pelo deputado Virgílio Guimarães é que fará parte da sua proposta de alteração constitucional teria não os atuais 523, mas cerca de três mil congressistas, pois a cada 50 mil habitantes seria escolhido um deputado.

Afirmou que essa proposta teve a maior aceitação em Belo Horizonte, onde, às sextas-feiras, faz um atendimento popular.



Francisco Carneiro

### Carneiro quer autonomia do DF

O deputado Francisco Carneiro (PMDB/DF) encaminhou ontem à mesa-diretora da Assembleia Nacional Constituinte, durante a sessão plenária, proposta constitucional que assegura autonomia política, legislativa, administrativa e financeira para o Distrito Federal. Pelo projeto, além do governador e seu vice, também seriam eleitos por voto direto os administradores do Plano Piloto e das cidades-satélites, além de uma Assembleia Legislativa.

Propõe o deputado que a Assembleia Legislativa seja constituída por deputados eleitos pelas satélites e Plano Piloto, em número proporcional às suas respectivas populações, num total equivalente a quatro vezes o número de deputados federais. E para assegurar a representatividade de cada cidade-satélite e do Plano, sugere que cada unidade tenha, no mínimo, dois deputados.

## Duas propostas mudam a obrigação militar

Duas propostas modificando o serviço militar obrigatório estão sendo apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte. O deputado Homero Santos (PFL-MG) defende a remuneração condigna no período em que os jovens servem nas Forças Armadas, e o Serviço Nacional de Justiça e Não-Violência, de São Paulo, sugere um serviço civil como alternativa ao serviço militar.

O deputado Homero Santos explica que a sua proposta visa permitir a profissionalização desde o ingresso nas Forças Armadas e impedir que o serviço militar seja "um atraso" na vida do jovem, que, com remuneração assegurada, teria condições de subsistência e de ajudar financeiramente sua família.

Já a proposta do Serviço Nacional de Justiça e Não-Violência tem como objetivo atender "às pessoas que se recusam a prestar o serviço militar por motivos de consciência, ou em razão de convicção profunda de ordem religiosa, ética, moral, humanitária, filosófica

ou de natureza similar". Na justificativa, foi lembrado que nos países com tradição de respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, onde o serviço militar é obrigatório, um serviço civil é oferecido como alternativa. Este serviço substitutivo é geralmente um trabalho de caráter não militar, em benefício da comunidade, tendo a dimensão social e humana e contribuindo para a paz e a cooperação internacional.

A mesma organização, sugere uma lista de trabalhos a serem executados, entre os quais: implantação de infra-estrutura para todo o País (saneamento básico, energia elétrica, construção e manutenção de estradas); construção de escolas, creches, hospitais e casas populares; trabalho junto a instituições de utilidade pública; irrigação e recuperação do solo; trabalho de assistência social; proteção ao meio ambiente e reflorestamento; alfabetização e educação para adultos.

## Votos facultativo e distrital em debate

O voto facultativo, o sistema distrital misto e a reformulação da Justiça Eleitoral são algumas propostas dos constituintes que serão analisadas pela Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

O deputado Jorge Arbage (PDS-PA) tem cinco sugestões para a Comissão: ele quer que a Justiça Eleitoral seja transformada em Justiça Especializada, com composição própria (27 ministros), que o alistamento e o voto não sejam obrigatórios, que os maiores de dezessete anos possam votar, e que o sistema distrital misto seja implantado. Arbage defende ainda a manutenção do papel das Forças Armadas, que continuariam, assim, a garantir os poderes constituídos,

a lei e a ordem. A bancada do PDS gaúcho tem posições coincidentes com as de Arbage: propôs o sistema distrital misto, e a reprodução do texto constitucional sobre o papel das Forças Armadas. Já o deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO) sugeriu que o alistamento e o voto sejam facultativos e que seja permitido a qualquer militar o exercício do direito de voto.

A criação de uma figura no direito brasileiro foi proposta pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE) e pelo deputado Carlos Virgílio (PDS-CE): a inconstitucionalidade por omissão, que é defendida também pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e pelo senador Paulo Bisol (PMDB-RS), em outros termos.